

Portugal
1910 - 2010

100

anos de património

memória e identidade

ASSOCIATIVISMO E DEFESA DO PATRIMÓNIO (1980-2010)^{1,2}

João Carlos Caninas

Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, em representação da AEAT, antigo dirigente do GEOTA e da Associação de Estudos do Alto Tejo.

Introdução

Propomos um olhar sobre o percurso do Associativismo de Defesa do Património no actual regime constitucional, resultante de 25 de Abril de 1974. Um olhar particular na medida em que resulta de experiência pessoal, não isenta de parcialidade na qualificação dos acontecimentos relatados. Particular, ainda, porque não resulta de pesquisa aprofundada, partilhada e discutida com outros observadores e porque condicionado pelo espaço disponível.

Procurámos destacar aspectos gerais do percurso associativo em Democracia, focando a atenção nas associações como agentes da Defesa do Património e em alguns acontecimentos marcantes, nas relações entre associações e nas relações entre as associações e destas com a sociedade civil e com o Estado. Como cenário do Património assumimos, prioritariamente, o território e focamos a atenção no Património Imóvel. Como Cultura e Ambiente consignamos, de modo abreviado, as respectivas políticas, instrumentos legais e executivos, incluindo os órgãos da administração pública.

Optámos (Caninas, 1995) por não seguir o caminho específico da Defesa do Património Cultural; o Património que nos interessa tratar está no *meio* comum Natural-Cultural³, seguindo uma convergência que melhor traduz a realidade e que tem sido posta em evidência em sucessivos debates desde há vários anos, em diversos *fora*, nomeadamente no seio da UNESCO (Beaudet, 1991), bem ilustrada pelo conceito, expressivo, de paisagem cultural, instituído para a classificação do Património Mundial.

Observam-se as organizações de direito privado⁴ que se dedicam à Defesa do Património Cultural, as ADP, na fórmula consignada na Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural (Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro), e à Defesa do Património Natural e do Ambiente, as ONGA, de acordo com a Lei nº 38/98 de 18 de Julho (Lei das ONGA), que revogou a Lei nº 10/87, de 4 de Abril (Lei das ADA), genericamente referidas como Associações, e observadas a par umas das outras.

Esta abordagem da causa *Defesa do Património* apoia-se num dos seus agentes mais emblemáticos, as associações. Será pertinente delimitar o universo, ou conjunto de associações abrangidas. Nessa

¹ Texto publicado em obra conjunta editada pelo IGESPAR I. P. em 2010 com coordenação científica de Jorge Custódio, pp. 281-293.

² Um agradecimento aos amigos Jorge Custódio, Nuno Carvalho e Francisco Henriques pela leitura deste texto e contributos sugeridos.

³ Este Património tem sido fracturado por concepções persistentes na organização dos processos de decisão política, por onde o Património tem andado, casos das políticas de Cultura, Ambiente, Obras Públicas, Educação e Ciência, Administração do Território e indirectamente a Juventude.

⁴ Abreviaturas utilizadas: ADP, Associação de Defesa do Património Cultural; ADA, Associação de Defesa do Ambiente; ONGA, Organização Não-Governamental de Ambiente.

delimitação, o critério formalmente mais adequado, mas não necessariamente o mais consensual⁵, é o consignado nas respectivas Leis.

Entre as fontes de informação sobre associativismo destacamos um inquérito publicado, há mais de uma década, pela revista *Almadan* (Raposo, 1997), no dossier *Património e Associativismo*, e o capítulo sobre o *Movimento Associativo Ambientalista em Portugal*, da tese, *O Ambiente como Problema Social em Portugal* (Carvalho, 2003, 2007). Os dados de ambos os documentos não são facilmente comparáveis uma vez que se apresentam organizados segundo parâmetros não coincidentes.

Relevam-se dois aspectos relativos à representatividade e comparabilidade destes dados. Em primeiro lugar não dispomos, aparentemente, de dados regulares e representativos das ADP. De facto, o Inquérito mencionado baseou-se (em 1997) em 32% de respostas completas num universo de 142 associações. Do outro lado, o Ambiente tem dedicado, desde os anos 80, uma atenção especial (regulação e apoio) ao associativismo, dispondo por isso de um arquivo útil para a História recente deste fenómeno, em especial, no quadro da regulação que lhe cabe por Lei, através do Registo Nacional das ONGA, tarefa conferida actualmente à Agência Portuguesa do Ambiente (www.apambiente.pt)⁶. Por isso, será mais fácil, talvez, sistematizar a informação acerca das ONGA comparativamente com as ADP. Mais recentemente, o IGESPAR incluiu na sua página (www.igespar.pt) um apelo ao registo das ADP. Importa referir um outro instrumento, da política de Juventude, o Registo Nacional das Associações Juvenis, como fonte de informação complementar, uma vez que inúmeras ADP e ONGA ali podem também ser encontradas.

As listas oficiais de ADP e de ONGA não são comparáveis, em oposição, na medida em que a segunda lista abrange o universo da primeira categoria. Contudo, além das listas públicas existem outras associações com estatuto legal que preenchem os requisitos, embora não constem naquelas listas visto que a adesão a estas é voluntária. Deste modo, a realidade suplantarão os dados disponíveis.

Práticas, percursos e acontecimentos

1. De que modo se tem concretizada a Defesa do Património na actividade (agenda)⁷ das associações⁸, ADP, ADA e ONGA?

⁵ De facto, entre as ONGA, observámos, no passado, atitudes de sectarismo e elitismo que se traduziram na impossibilidade de criar organizações inter-associativas fortes, devido à rejeição por parte de algumas importantes ONGA de âmbito nacional, de um universo associativo, sociologicamente, mais alargado e da fórmula “uma associação um voto”.

⁶ Resultou da fusão da Direcção-Geral do Ambiente com o Instituto do Ambiente, antes chamado Instituto de Promoção Ambiental, e antes disso, Instituto Nacional do Ambiente.

⁷ Para enquadrar a resposta a esta questão podemos perspectivar, de modo abrangente, uma repartição dessas actividades pelas seguintes categorias: C1 – investigação aplicada, estudos de caracterização de monumentos e sítios, incluindo etapas preliminares de inventariação, e ainda reuniões e publicações com idêntico cariz; C2 – formação, abrangendo grande diversidade de práticas, de educação formal e informal, de formação, de sensibilização, de informação incluindo, publicações, exposições e outros meios; C3 – acção política e técnica, no sentido da crítica às políticas sectoriais do Estado, a planos e projectos, reactiva ou propositiva, incluindo participação em organismo consultivos e noutros mecanismos de participação pública na decisão; C4 – lúdica, de lazer, de animação, de ocupação tempos livres, casos dos percursos temáticos, do turismo ambiental e cultural; C5 – acção directa no Património, através da gestão, valorização, manutenção de monumentos, sítios e espaços e da prestação de serviços.

⁸ Abreviaturas utilizadas: AAP – Associação dos Arqueólogos Portugueses; APA – Associação Profissional de Arqueólogos; ACASE - Associação Cultural dos Amigos da Serra da Estrela; ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola; AEAT - Associação de Estudos do Alto Tejo; AEDPHCS – Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém; Agrobio - Associação Portuguesa de Agricultura Biológica; Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental (Loulé); APAC – Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos; APAI - Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial; APCR – Associação Portuguesa de Conservadores Restauradores; APOM – Associação Portuguesa de Museologia; ARQA - Associação de Arqueologia e Protecção do Património da Amadora; Arqueojovem – Associação Juvenil para a Preservação do Património Cultural e Natural; ASPA - Associação de Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural; ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental; CAA - Centro

No caso do Inquérito de 1997 é evidente uma atitude maximalista na acção da maioria das ADP, na medida em que as suas actividades ocupam a maior parte das 13 categorias adoptadas no Inquérito⁹. Verificamos ainda que as actividades formativas (C2) e as lúdicas (C4), de acordo com a nossa partição, estão bem representadas na actividade das associações, seguidas pela investigação (C1). No Inquérito, a categoria *Defesa do Património* (91% de respostas) carece de melhor especificação, mas talvez possa ser posta em correlação com a nossa categoria 2. A *Conservação e Restauro* é a actividade com menor representação (47%), em termos relativos, atingindo contudo uma expressão relevante. Dado curioso é a percentagem atingida pelas acções de *Prospecção/escavação arqueológica*, 56%, indicando uma forte representação deste tipo de património na actividade associativa.

A Defesa do Património pela via política, aquela que tem dado maior visibilidade às associações na comunicação social, tem uma expressão menos evidente no Inquérito. Contudo não podemos deixar de referir alguns casos marcantes, como a defesa da cidade romana de Braga, pela acção persistente da ASPA e a salvação (de demolição) da notável peça de património industrial que é a Central Eléctrica de Lisboa, hoje Museu da Electricidade, no contexto da emergência da arqueologia industrial e da formação de associações representativas como a APAI.

Na impossibilidade de referir todas as ADP não deixaremos de referir algumas experiências, destacando, para além dos casos já citados, o CAA, uma das associações com maior longevidade, o GEAP, o GAAC, a ARQA e a AEDPHCS, que têm marcado, ou marcaram, a agenda da Defesa do Património com distintas actividades didácticas e de investigação, caso do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira (GEAP), da edição de revistas referenciais, de âmbito nacional, como a *Almadan* (CAA), a *Arqueologia* (GEAP) e a *Munda* (GAAC) ou do controlo dos projectos de obras no Centro Histórico de Évora (AEDPHCS, desde 1990) e a atribuição de prémios aos melhores projectos de reabilitação (Pacheco, 2003: 34).

Com outra dimensão, o projecto de valorização histórica e ambiental de Mértola, por iniciativa da ADPM e do Campo Arqueológico de Mértola, e o robusto programa de investigação e valorização de sítios arqueológicos da região do Côa (Prazo, Castelo Velho, Castanheiro do Vento), liderado pela Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, são difíceis de igualar no contexto nacional.

Na fonte utilizada para as ONGA (Carvalho, 2007) não estão disponíveis dados de caracterização por tipo de actividade, embora seja possível construir tal cenário a partir de fontes institucionais. Contudo, a partir do conhecimento disponível, a acção das ONGA na Defesa do Património também se tem repartido de acordo com os *modos* ou categorias indicadas. Devido a uma maior amplitude de questões, suscitada pela problemática ambiental, além da Defesa do Património (incluindo a Conservação da Natureza e da Biodiversidade), a acção das ONGA reparte-se por muitos outros

de Arqueologia de Almada; Corema – Associação de Defesa do Património (Caminha); CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; FADEPA - Federação das Associações de Defesa do Património Cultural; FPCUB – Federação Portuguesa de Cicloturistas e Utilizadores de Bicicleta; GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro; GAMNA - Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia; GEAP - Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto; GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente; LPDA - Liga Portuguesa dos Direitos do Animal; LPN - Liga para a Protecção da Natureza; Oikos – Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria; Onda Verde - Associação Juvenil de Ambiente e Aventura; PATO - Associação de Defesa do Paul de Tornada (Caldas da Rainha); Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza; SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves.

⁹ Visitas guiadas (71%), colóquios/reuniões científicas (58%), curso/acções de formação (53%), iniciativas pedagógicas (69%), ocupação de jovens (64%), animação/exposições (78%), edições (64%), prospecção/escavação arqueológica (56%), acções de sensibilização/limpeza (80%), conservação e restauro (47%), defesa do património (91%), levantamentos/inventários (84%), investigação histórica ou outra (80%). As percentagens registam a quantidade de associações inquiridas que afirma executar actividades correspondentes às categorias indicadas. In Raposo, 1997: base de dados e quadro 2 – actividades promovidas.

objectos, com incidência na qualidade ambiental, na gestão dos recursos naturais, na qualidade de vida humana e até no bem-estar animal (LPDA).

O conhecimento do património ambiental do território português, com a caracterização de novos espaços, o inventário ou a monitorização de sítios e espécies foi o móbil de muitas ONGA vocacionadas para a investigação e a conservação. Foi nesse âmbito que, por mérito de associações como a LPN, a Quercus, a ADPM, ou numa escala mais limitada, da AEAT ou da PATO (com o GEOTA), se deram passos decisivos para a criação dos Parques Naturais da Arrábida, do Tejo Internacional e do Vale do Guadiana, do Monumento Natural das Portas de Ródão ou da Reserva Natural do Paúl de Tornada (Caldas da Rainha). Com outro âmbito, merece ser lembrada a SPEA pelos contributos prestados ao nível dos inventários de aves a nível nacional.

As acções de valorização dos recursos humanos e de promoção de valores para uma melhor cidadania, por vias tão distintas quanto a formação, a educação e a sensibilização, têm assumido posição destacada nas agendas da maioria das ONGA, sendo por isso inviável exemplificar¹⁰, para além da ASPEA, uma associação nacional especializada nestas temáticas. Desde meados dos anos 80 a educação ambiental evoluiu graças à concertação de acções entre o Ambiente, a Educação e as ONGA, com a dedicação de muitíssimos professores, tendo sido possível a formação de uma Rede Nacional de Ecotecas, o destacamentos de professores em ONGA, a realização regular de reuniões técnicas de âmbito nacional e regional e a elaboração de uma *estratégia nacional de educação ambiental*.

Contudo, é no quadro da acção política que as ONGA têm ganho visibilidade sobretudo em processos de conflito com a Administração, em torno de problemas gerais ou localizados no território (eucaliptização, defesa do litoral, co-incineração, travessia do Tejo em Lisboa, barragens, transgénicos, outros). As ONGA de âmbito nacional, com destaque para a Quercus, a LPN e o GEOTA, têm estado na linha da frente, actuando muitas vezes em grupo, e, mais recentemente, agregando outras entidades. Mas outras ONGA com acção regional ou local também merecem referência, casos da Corema, no Minho, da Almargem, no Algarve, ou da Oikos, na região de Leiria.

Curiosamente, as actividades lúdicas e de lazer, promovendo o contacto com o território, os seus recursos e valores, património e paisagens, que representam uma tendência crescente, com potencial de negócio assinalável, têm ganho também a adesão das ONGA, seja numa perspectiva didáctica seja de ocupação de tempos livres e até de mudanças de comportamentos saudáveis e amigos do ambiente. Neste quadro podemos referir o vasto quadro de acções promovido pela APAC (visitas guiadas), pela FPCUB (cicloturismo)¹¹, pela SPEA (observação de aves), pela Almargem (caso do pedestrianismo na Via Algarviana) ou pela Arqueojovem e pela Onda Verde (actividades com jovens).

As actividades produtivas, de gestão privada de propriedades com valor ambiental, de apoio ao desenvolvimento local, têm alguns exemplos interessantes em Portugal, com a acção fundiária da LPN, no biótopo das abetardas em Castro Verde, da Quercus no Tejo Internacional, ou da PATO/GEOTA no Paúl de Tornada, aqui em regime de arrendamento e com propósito exclusivamente conservacionista e educativo. Outros casos notáveis, pela sua relevância na economia local ou pela vulgarização de novas práticas produtivas, são protagonizados pela ADPM e pela Agrobio.

Finalmente, um outro tipo de associações, de génese mais recente, que incluímos neste quadro de referência, são os Grupos de Amigos de Sítios e de Museus, casos do GAMNA (Museu Nacional de Arqueologia), da ACASE (Serra da Estrela) ou da Liga dos Amigos do Jardim Botânico (Lisboa).

¹⁰ É justo referir o caso do Doutor Jorge Paiva, distinto botânico e activista ambiental, que a seu cargo exclusivo já realizou mais de um milhar de acções de educação ambiental em escolas.

¹¹ Federação confederada que surgiu associada à promoção do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina como Parque Natural.

Esta multiplicidade de actividades tem beneficiado da formação técnica e científica dos activistas associativos. Durante muito tempo esse labor fez-se em regime de voluntariado e em período pós-laboral, modos que se têm alterado com recurso à profissionalização, em parte devido à crise do voluntariado. As associações têm dado um inestimável contributo à comunidade, evidenciado pela multiplicidade de respostas, já referidas, aos problemas de Defesa do Património, denotando uma visão perscrutora dos problemas e das vias para a sua resolução.

2. Olhar o percurso das Associações, globalmente consideradas, no período em apreço, pressupõe uma evolução, assinalada por mudanças e acontecimentos marcantes, com impacte na opinião pública, ou pelos menos mobilizadores, isto é, com efeito na acção das próprias associações.

A mudança de regime político ocorrida em 25 de Abril de 1974, foi decisiva, nessa evolução, desde logo pela liberdade de expressão e de associação, universalmente conferida aos portugueses, sem restrições. A multiplicação de associações, com forte afirmação pública, não seria possível fora desse contexto de liberdade, embora já existissem importantes associações de Defesa do Património muito antes daquela data, casos da LPN (n. 1948), da Associação dos Arqueólogos Portugueses (n. 1863) ou do Pro-Évora (n. 1919), para darmos três exemplos de associações de cariz científico, que enquadrámos sem relutância no conceito de Defesa do Património. A emergência do associativismo também poderá ter sido estimulada por um processo revolucionário, marcado pela afirmação e pelo confronto de díspares ideologias e propostas de organização social e económica.

De que modo se reflectiu a nova conjuntura no crescimento do movimento associativo? Há uma percepção comum que indica que o clímax, pelo menos da visibilidade e da afirmação pública das associações, ocorreu um pouco mais cedo para as ADP e posteriormente para as ADA (ONGA).

Por outro lado, e olhando para os dados do Inquérito verificamos, com base no universo de respostas que foi possível obter (Raposo, 1997), que é crescente o número de associações fundadas por década: *uma* associação até aos anos 70 e *oito, 16 e 19* associações, respectivamente nas décadas de 70, 80 e 90. Quanto às ONGA, Nuno Carvalho disponibiliza (Carvalho, 2007, p. 270) gráfico que evidencia um crescimento progressivo no número de registos (fundação) de ONGA, desde 1975, com *uma* associação, até um valor acumulado de cerca de *150* organizações em 1999.

Os dados mostram que entre meados dos anos 80 e finais dos anos 90 ocorre um acentuado aumento do número de novas associações. A conjuntura política nacional e comunitária com novas exigências em matéria de protecção ambiental e a emergência de número crescente de agressões ao ambiente terão sido outras causas de tal crescimento (Carvalho, 2007).

Antes disso, o período compreendido entre 1974 e 1985 correspondeu a um associativismo efervescente, mais difícil de caracterizar por deficiência de registos sistemáticos, com grande contraste de organizações ao nível programático e ideológico. É neste período que se travam alguns *combates*¹² entre associações, em particular no I Encontro Nacional de Ecologistas (Foz do Arelho, 1984 e Tróia, 1985), como se pode perspectivar, e como pudemos testemunhar, pela presença¹³ de organizações tão contrastantes quanto ecologistas, conservacionistas, libertários, pacifistas e militantes partidários.

Este Encontro, referencial, teve entre outros pontos de *agenda de trabalhos* a aprovação de uma carta de princípios (“os *objectivos mínimos para um máximo entendimento*” segundo redacção de José

¹² Este fenómeno tem sido pouco evidenciado, exceptuando no processo, mais recente, da co-incineração, marcado que foi por posições antagónicas entre as ONGA, em plano estritamente técnico.

¹³ Casos de A Batalha - Centro de Estudos Libertários, da Associação Portuguesa de Ecologistas Amigos da Terra, do Centro Ecológico, da Frente de Libertação e Federação dos Povos, do GEOTA, do Projecto Setúbal Verde, e ainda observadores de Os Verdes e antigos militantes do PRP-BR.

Carlos da Costa Marques), motivo de debate ideológico inconciliável, que esgotou os três dias do Encontro, entre posições mais conservacionistas, privilegiando as questões nacionais e do quotidiano (protecção ambiental, conservação da natureza, outras) e posições internacionalistas, privilegiando, por exemplo, o combate ao arsenal nuclear (ocidental)¹⁴.

O confronto ideológico extremo deixaria de se repetir em *fora* deste tipo e deu azo à assumpção de uma dicotomia entre duas tendências, não conciliáveis, os *ecologistas* e os *ambientalistas*. Alguns dos grupos mais radicais (no sentido da contestação do regime político e económico que sucedeu ao processo revolucionário) saíram de cena. Contudo deu-se um fenómeno muito mais interessante, a Agenda proposta pelos conservacionistas (problemas do quotidiano e temas de escala nacional, como a qualidade ambiental ou a protecção do Lobo) acabou por ser, progressivamente, adoptada, até hoje, por organizações que antes privilegiavam a temática desarmamentista anti-ocidental, como o Partido Os Verdes. De igual modo os conservacionistas e tecnologistas do Ambiente, passaram a reconhecer as limitações da acção ambiental em meio capitalista e a relevância das implicações sociais e económicas (emprego, pobreza, outras) da crise ambiental, há muito defendidas pelos ecologistas, convergindo e trilhando desse modo um caminho mais político e ideológico¹⁵.

Na Cultura o confronto ideológico em torno dos fundamentos, dos objectivos e dos meios da Defesa do Património não tem sido tão evidente, pese embora a evolução programática entretanto ocorrida, pelo que admitimos que a maioria das organizações se orientaria por uma doutrina conservacionista, de salvaguarda dos monumentos, das paisagens e da memória de culturas regionais em declínio.

A evolução do associativismo no período considerado está intimamente ligada, em nosso entender, a inúmeros acontecimentos de relevância local, regional, mas sobretudo nacional, relevantes pelo efeito mobilizador que tiveram junto dos activistas associativos. Inscrevem-se neste quadro campanhas com sentidos e temáticas muito diversificadas, pró-activas, defensivas, reactivas (contra projectos ou políticas), umas de iniciativa privada outras de iniciativa pública.

No domínio da contestação citamos os casos relativos à energia nuclear (Festival Ecológico Contra o Nuclear, Ferrel, 1978), à Lixeira Nuclear de Aldeadávila (1986), à Eucaliptização (1987), à Nova Ponte sobre o Tejo, em Lisboa (1992), às Alterações Climáticas, à Co-Incineração de Resíduos Industriais, aos OGM (organismos geneticamente modificados), ao Plano Nacional de Barragens. Nas iniciativas de defesa de bens ambientais destacamos o Lince da Malcata (1979), a criação de novas áreas protegidas, a Central Tejo, em Lisboa, e o património industrial, a cidade romana *Bracara Augusta*, a Arte Rupestre do Côa (1995).

As acções pró-activas, sendo embora menos mediáticas, não têm sido menos importantes. Referimo-nos, por exemplo, à promoção da educação ambiental, à reabilitação e refuncionalização do património construído, à valorização de recursos endógenos, ao investimento em energias renováveis, ao tratamento de resíduos, à ecoeficiência, domínios que tiveram uma aceitação rápida face às possibilidades de negócio que proporcionam ao sector privado e ao sector empresarial do Estado, a par, por exemplo, da valorização turística com base em recursos ambientais, caso do turismo em meio rural, que tem merecido um enorme incentivo estatal.

Entre as acções de génese pública referiremos duas que julgamos terem desempenhado um efeito mobilizador da sociedade civil em torno da Defesa do Património e do Ambiente, nomeadamente no plano associativo. Referimo-nos à *Campanha Nacional para a Defesa do Património Cultural* (com

¹⁴ O debate em torno da *formação de uma estrutura organizativa*, de um *programa de acção para o curto-prazo* e de *eleição para os órgãos aprovados* acabou por não se realizar fundamentalmente por falta de tempo.

¹⁵ Esta aproximação deu-se no plano teórico e na acção concreta por exemplo nas acções preparatórias da Conferência do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento (1992), testemunhando o encontro entre alguns dos inconciliáveis de Tróia.

programa de televisão) que acompanhou nos inícios de 1980 a criação do Instituto Português do Património Cultural (1980) e, sete anos depois, a *Campanha Nacional para o Ano Europeu do Ambiente*, também com forte incidência nos meios de comunicação social. Em 1992, a fase preparatória, a nível nacional, e a participação directa das ONGA na *Conferência Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento* (Rio de Janeiro, 1992), merece menção, embora não tenha atingido o efeito mobilizador da campanha anteriormente citada.

Tanto nos domínios da Cultura como do Ambiente, as Associações, para além dos seus planos de actividades, têm procurado potenciar a sua acção, de modo sinérgico, dando corpo à ideia de *movimento*, provendo *fora* de encontro e debate, com carácter periódico. São disso exemplo os Encontros Nacionais das Associações de Defesa do Património (ENADP), que a partir de Santarém (1980), passando por Braga (1981), Torres Vedras (1983) e Setúbal (1986) juntaram as ADP em *congresso*, mas infelizmente não foram duradouros. A partir da 1981 estas reuniões são acompanhadas por uma estrutura federativa (FADEPA). De modo similar em 1989 teve lugar em Viseu uma iniciativa marcante, o I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente (ENADA), onde foi tomada a decisão de criar uma confederação, a CPADA, a qual assumiu o encargo de organizar até hoje 20 encontros do mesmo tipo¹⁶.

Além dos *fora* citados, as associações têm perseguido, de modo idêntico, outras formas de concertação, com requisitos organizativos mais ou menos formais. Referimo-nos, em primeiro lugar, às estruturas de nível superior, visando a formalização do estatuto de parceiro social, como são os casos, unitários, tanto na Cultura como no Ambiente, da FADEPA, criada em 1981 e entretanto extinta, e da CPADA, fundada em 1991.

O percurso da FADEPA é mais difícil de seguir, embora tenha acompanhado boa parte do ENADP e assegurado a representatividade genérica do sector nos órgãos consultivos dos Institutos de tutela. Infelizmente extinguiu-se relativamente cedo, por falta de militância e conflitos associativos. Já a CPADA mantém-se em funcionamento e organiza os ENADA, desde a terceira edição.

Mais recentemente, e talvez com maior incidência na última década, os cidadãos e as associações enveredaram por formas organizativas mais leves, sem personalidade jurídica, pressupondo o carácter transitório da sua acção e a dispensa de regulação pelo Estado, através da criação de Plataformas. Na Cultura, o exemplo mais recente é a Plataforma Pelo Património Cultural, com cerca de um ano de existência. No Ambiente os exemplos são mais numerosos e de grande diversidade, casos da Plataforma Sabor Livre, da Plataforma Cota 139 (contra o máximo enchimento da albufeira de Alqueva), da Plataforma Transgénicos Fora, da Plataforma por Monsanto (Lisboa) ou mais recentemente do Movimento Pró-Tejo e da Plataforma de ONG Portuguesas sobre a Pesca.

De modo ainda menos formal, as associações de âmbito nacional tem assumido posições públicas conjuntas, no quadro de um exercício de cidadania política, subscrevendo críticas à acção dos Governos e do Estado (políticas, planos/estratégias e projectos). No domínio do Ambiente têm-se, afirmado, há vários anos, uma frente constituída por três ONGA, a Quercus, a LPN e o GEOTA, partilhando um papel activo de confronto/diálogo com sucessivos Governos. Na Cultura, associações de fins mais diversificados (de defesa, científicas, sócio-profissionais, outras), nomeadamente a AAP e

¹⁶ Embora com um âmbito específico merecem ser referidos, pela persistência e efeito mobilizador, no âmbito nacional, os Encontros Nacionais de Educação Ambiental, promovidos em parceria pelo antigo Instituto do Ambiente e o Parque Biológico de Gaia (17 edições, entre 1990 e 2006) e as 18 edições das Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental promovidas pela ASPEA. Na Cultura podemos referir, de igual modo, as Jornadas Europeias do Património, actualmente coordenadas, a nível nacional, pelo IGESPAR I. P. Não esqueçamos que com outros âmbitos, sectoriais, regionais e locais, poderíamos identificar um número muito superior de iniciativas de mérito.

a APA, também têm assumido posições conjuntas de crítica às orientações da política cultural, com destaque para a última reforma da Administração Central (PRACE).

Entretanto, a integração política regional (União Europeia) e o aprofundamento das relações exteriores, potenciou o ingresso de inúmeras associações em redes e federações, tanto à escala europeia como mundial. Pela maior latitude dos temas, o Secretariado Europeu do Ambiente (Environmental European Bureau), onde estão representadas diversas ONGA portuguesas de âmbito nacional, é talvez a estrutura mais representativa, com acção de *lobbying* junto da Administração comunitária. As associações também têm trilhado o caminho da cooperação, nomeadamente com os países de língua oficial portuguesa ou no espaço mediterrânico.

3. O Ambiente com um universo mais complexo, com maior efeito transversal noutras políticas (energia, transportes, turismo, obras públicas, agricultura, outras) e sendo mais garantista em termos de participação pública (formal) nas decisões, por imperativos resultantes talvez da política comunitária, tem proporcionado maiores oportunidades para a intervenção das Associações (ONGA).

A promoção de uma cidadania para a Defesa do Património também beneficiou do papel estruturante e regulador do Estado. É no sector Ambiente que encontramos os instrumentos mais elaborados de regulação das associações, através da Lei das ADA, publicada uns dias antes da Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 11/87 de 7 de Abril), e actualizada pela Lei da ONGA, de 1998.

O âmbito alargado que a Lei de Bases do Ambiente confere à Defesa do Ambiente¹⁷ está bem expresso, por exemplo, no conceito de *ambiente* (art. 5º), na inclusão do património natural e construído, entre os *componentes ambientais humanos* (art. 17º e 20º)¹⁸ e na consignação, entre os instrumentos da política de gestão das paisagens (art. 19º), do “*inventário e avaliação dos tipos característicos de paisagem rural e urbana, comportando elementos abióticos e culturais.*”

Tal latitude de fins também se encontra expressa no articulado da Lei das ADA que define como associações de defesa do ambiente (art. 2º) as organizações que “*sejam constituídas exclusivamente para a defesa do ambiente, do património natural e construído, conservação da natureza e promoção da qualidade de vida*”, texto que se mantém no art. 2º da Lei da ONGA, excluindo, contudo, a referência à promoção da qualidade de vida.

Mas além destas atribuições a Lei de Bases do Ambiente contempla um outro instrumento que confere nova instância de intervenção às ADA. Trata-se do Instituto Nacional do Ambiente (art. 39º) com um Conselho Directivo de 13 elementos onde estas associações tiveram assento com dois representantes¹⁹.

Na Cultura, a Lei de Bases do Património Cultural, de 2001, dedica o art. 10º à regulação das ADP, mas o enquadramento é menos robusto que no Ambiente. É curioso registar uma abrangência semelhante à que vimos na Lei de Bases do Ambiente, ao definir como estruturas associativas de

¹⁷ A concepção destas Leis e a consignação do compromisso da política de Ambiente relativamente à protecção do património construído muito devem à visão avançada de políticos como Carlos Alberto Martins Pimenta, enquanto Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais.

¹⁸ Art. 20º (Património natural e construído): 1. *O património natural e construído do país, bem como o histórico e cultural, serão objecto de medidas especiais de defesa, salvaguarda e valorização ...* 2. *Legislação especial definirá as políticas de recuperação de centros históricos de áreas urbanas e rurais, de paisagens primitivas e naturais notáveis e de edifícios e conjuntos monumentais e de inventariação e classificação do património histórico, cultural, natural e construído, em cooperação com as autarquias e com as associações locais de defesa do património e associações locais de defesa do ambiente ...*”

¹⁹ Importa referir que os primeiros representantes, eleitos na primeira reunião geral de ADA, convocada pelo então Presidente do INAMB, José Almeida Fernandes (biólogo), ilustram uma equidade na representação das preocupações do património natural e do património cultural, com Carlos Costa (geólogo), indicado pela LPN, e Jorge Custódio (arqueólogo), indicado pela APAI. O Conselho Directivo foi expurgado em posterior reforma orgânica do Ambiente, à revelia da Lei de Bases do Ambiente.

defesa do património cultural “as associações sem fins lucrativos dotadas de personalidade jurídica constituídas nos termos da Lei geral e em cujos estatutos conste como objectivo a defesa e a valorização do património cultural ou deste e do património natural, conservação da natureza e promoção da qualidade de vida.” Tal articulado parece uma adaptação à realidade que pré-existia à Lei, a da existência de inúmeras associações com objectivos mistos.

Como consequência deste quadro legal, as ONGA adquiriram um estatuto de parceiro social que se traduz, formalmente, num elevado número de instâncias de representação genérica, maioritariamente em órgãos consultivos da Administração do Estado e das autarquias, com principal incidência nos sectores Ambiente e Agricultura e Pescas, de âmbitos temáticos e regionais muito diversificados. Citem-se a título de exemplo o Conselho Económico e Social (um representante), o Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (três representantes)²⁰, o Conselho Nacional da Reserva Ecológica Nacional, os Conselhos Consultivos do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade e da Entidade Reguladora das Águas e Resíduos, os Conselhos Regionais das CCDR, os Conselhos Estratégicos de Áreas Protegidas, os Conselhos das Regiões Hidrográficas, as Comissões de Acompanhamento da Elaboração de Planos de Ordenamento (de áreas protegidas, de albufeiras, florestais), dos Programas Temáticos e Operacionais do QREN e de Obras (barragens de Alqueva e Sabor), os Conselhos Cinegéticos Municipais e de Conservação da Fauna, e tantos outros.

As ONGA (tanto as confederadas como as não-confederadas) atribuíram à CPADA, há vários anos, a responsabilidade de organizar os processos de escolha de representantes para integrarem os organismos consultivos (maioritariamente) do Estado, nos domínios do Ambiente, do Ordenamento do Território e de outros sectores como a Agricultura²¹. Por outro lado, como organização de cúpula, a CPADA assegura, há vários mandatos, de modo directo, a representação das ONGA no Conselho Económico e Social.

Na Cultura o panorama é muito limitado no papel que reserva às ADP e identificam-se estranhas omissões. Desde logo, nada ocorre com as ADP semelhante ao que acontece com as ADA, facto que reduz a sua capacidade de intervenção a nível regional e nacional. Por outro, referimo-nos ao novél Conselho Nacional de Cultura (CNC), órgão consultivo do Ministro do sector, consignado na respectiva lei orgânica (art. 23º do DL nº 215/2006, de 27 de Outubro). De facto, as ADP estão ausentes da composição do plenário do CNC. E só encontramos uma representação indirecta, através do presidente da Secção Especializada dos Museus e da Conservação e Restauro (art. 21º do DR nº 35/2007, de 29 de Março), de associações equiparadas como é o caso das Associações dos Amigos dos Museus, da APOM e da APCR. Extraordinária é a ausência de representação das ADP, ou associações científicas ou profissionais, que até existem, na composição da Secção Especializada do Património Arquitectónico e Arqueológico (art. 22º do DR nº 35/2007, de 29 de Março).

A agenda política proporcionou ao longo destes anos outras oportunidades de participação das associações nos processos de decisão relativos à elaboração de diversos planos e estratégias, no quadro das políticas de Ambiente, Ordenamento do Território, Agricultura, Florestas e Pescas. Citamos como caso emblemático, pelo modo como decorreu a participação pública, o Plano Nacional da Política de Ambiente²², elaborado de modo consequente, pela primeira vez, em 1995, por iniciativa da então Ministra do Ambiente, Teresa Gouveia, e inexplicavelmente colocado na gaveta pelo Governo seguinte.

²⁰ As participações no CES e no CNADS têm sido das mais proficuas e, decerto, beneficiaram do papel desempenhado pelos seus presidentes Prof.s José da Silva Lopes, Alfredo Bruto da Costa e Mário Ruivo.

²¹ Informação mais detalhada acerca da diversidade de representações, tanto no âmbito territorial como temático, que seria difícil de sintetizar sem ocupar excessivo espaço, pode ser consultada nos relatórios anuais disponíveis em www.cpada.pt.

²² Na linha das referências que fizemos anteriormente acerca da abrangência da política de Ambiente vale a pena consultar este documento para ver o modo como foi concebida a articulação com a Política de Cultura. Citem-se as quatro áreas de actuação elencadas: *pesquisa científica quanto à acção da poluição e dos elementos naturais sobre os monumentos e a sua envolvente; identificação e*

Comparando os dois sectores, Cultura e Ambiente, assinalámos grande contraste na relação do Estado com as associações. Tal contraste tem sido acentuado, no Ambiente, nos níveis político e administrativo, por uma procura de diálogo com as Associações da parte de sucessivos Ministros e Secretários de Estado e de dirigentes de organismos da Administração Central do Estado. Tais diferenças, na execução do princípio da participação são, no mínimo, incompreensíveis.

Algumas considerações gerais

As associações de Defesa do Património têm desempenhado missões notáveis em prol da salvaguarda das memórias do território e da manutenção da diversidade dos seus bens, naturais e culturais, de interesse público, numa base voluntarista e em muitos casos de modo percursor. Esse percurso e esse desempenho não têm sido devidamente reconhecidos e valorizados pela comunidade.

Mas a Defesa do Património (e do Ambiente, num quadro de referência mais amplo) é um fenómeno social em mudança, observando-se uma crescente transferência do protagonismo e da agenda das associações, e da sociedade civil em geral, para o Estado, para as empresas e para outros tipos de organizações, seja por adesão espontânea, seja por imperativos políticos, seja por oportunidades de negócio, o que em si não é um facto negativo.

Negativo é constatar que o desinvestimento no associativismo, e não apenas no ambiental, pode resultar de uma mudança de *paradigma de agente*, com a Empresa a ser assumida, generalizadamente, como a solução de todos os problemas. Abdicar das associações é abdicar da congregação de um espectro amplo de boas vontades na resolução, polifacetada e polimórfica, dos problemas comuns e é abdicar principalmente da ideia de democracia participativa, que emerge cada vez mais como uma utopia.

Será talvez tempo de retomar a reflexão sobre os destinos que se oferecem à Terra e ao Homem, em torno de uma melhor compreensão dos conceitos de crescimento e de desenvolvimento sustentável (Schwarz, 2005) e do *princípio dos limites*²³, tão relevantes no Ambiente como na Cultura, ou pelo menos na gestão dos seus bens e recursos.

“Proteger-nos para crescer mais... no entanto, o verdadeiro problema que temos para resolver não consiste propriamente em saber qual o nível de crescimento económico que ainda podemos suportar mas, antes, qual o tipo de sociedade que pretendemos construir num planeta finito. É esta a questão que ocupa o centro do debate sobre o ambiente” (Henriques, 1987).

Fontes de informação

BEAUDET, Gérard (1991) **Patrimoine et environnement: le territoire d'une convergence**, *Momentum*.

avaliação de sítios culturais e paisagens culturais; estabelecimento de mecanismos de protecção do património cultural e natural ao nível do ordenamento do território; cooperação intersectorial na perspectiva da valorização do património construído.

²³ *“O chamado princípio dos limites, que afirma não ser possível o crescimento económico ilimitado e generalizado, uma vez que os recursos naturais são finitos, é um dos mais antigos e seguramente o mais criticado de todos os princípios do pensamento ambientalista”* (Schwarz, 2005: 67).

CANINAS, João Carlos & Paulo LEMOS (1990) **O papel das Organizações Não-Governamentais de Defesa do Ambiente**, *Colecção Ambiente - Estado do Planeta: 2* (Ameaças à Diversidade Genética e Conservação da Natureza), GEOTA, Lisboa.

CANINAS, João Carlos (1995) **Um futuro comum para o Património Natural e o Património Cultural**, *Fórum Ambiente*, 11, Lisboa.

CARVALHO, Nuno (2003) **A Construção do Ambiente como Problema Social em Portugal: Anos 70 – Anos 90**, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

CARVALHO, Nuno (2007) **O Ambiente como Problema Social em Portugal**, Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa.

CUSTÓDIO, Jorge (1981) **Associações de Defesa do Património**, em *Arte/Opinião*, 14, Março/Abril, p. 32-35, Lisboa.

CUSTÓDIO, Jorge (1993) **De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)**, em *Dar Futuro ao Passado*, IPPAR, Lisboa.

HENRIQUES, Pedro Castro (1987) **Olhar o Ambiente**, Correios e Telecomunicações de Portugal, Lisboa.

MELO, João Joanaz e PIMENTA, Carlos (1993) **Ecologia e Ambiente**, Difusão Cultural, Lisboa.

OOSTERBEEK, Luiz (1997) **Associativismo e Património Arqueológico**, *ARKEOS*, 1, Tomar.

PACHECO, Maria Emília Vaz (2003), **Associativismo e Património. 25 Anos da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém**, *Actas do Colóquio* (2003), Santarém: Fundação Passos Canavarro.

RAPOSO, Jorge, coord. (1997) **Património e Associativismo**, *Almadan*, 2ª série, nº 6, Centro de Arqueologia de Almada.

RAPOSO, Luis (1990) **Património cultural e ambiente: um divórcio profundo**, *Diário de Notícias*, 9 de Dezembro, Lisboa.

SCHWARZ, Henrique (2005) **Crescimento económico ou desenvolvimento sustentável?** em *Perspectivas Ecológicas em Economia*, Celta, Oeiras.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato (2005), **Metamorfoses entre o colapso e o desenvolvimento sustentável**, Publicações Europa-América.